

País hesita em ratificar tratado antifumo

Brasil pode perder o prazo para aderir ao acordo internacional que ajudou a preparar

FUMO

Lígia Formenti
BRASÍLIA

Depois de exercer uma posição de destaque na Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é sério candidato a assumir a outra ponta: a de lanterna. Acaba em 7 de novembro o prazo para o País apresentar na OMS a ratificação da Convenção-Quadro do Tabaco, um acordo internacional com regras para que países reduzam e previnam o consumo do cigarro. "Vai ser um mico se não conseguirmos", prevê o ministro da Saúde, Saraiva Felipe.

Não será fácil cumprir o prazo. O projeto, que teve uma aprovação meteórica na Câmara dos Deputados, hibernou por mais de um ano no Senado - apesar dos apelos feitos por entidades antitabagistas - e ainda está na primeira etapa de apreciação. "Será difícil mudar de uma hora para outra a velocidade. É essa a tática: perder o prazo, em vez de negar a ratificação", afirma Paula Johns, da organização antitabagista Rede Tabaco Zero.

A hesitação de se comprometer a cumprir um tratado cujo texto o País ajudou a preparar reflete o racha existente sobre o tema. O texto enfrenta a oposição expressa de um grupo de fumicultores e velada de setores do governo, que não querem ver um dos principais itens de exportação ter sua força reduzida. Na outra ponta, a da defesa da convenção, está o Ministério da Saúde e os grupos antitabagistas, que exibem números de

"Ninguém veio a mim dizendo que o governo assina embaixo", diz relator do projeto

quanto o País perde com tratamento de doenças relacionadas ao fumo.

RESSALVAS

A apreciação do projeto está na Comissão de Agricultura. Duas audiências fora de Brasília ainda precisam ser realizadas antes de o relatório ser apresentado. Depois disso, teoricamente, ele teria de passar por mais duas comissões, ir para votação no Plenário e, se aprovado, ser submetido à sanção presidencial. "Corremos contra o tempo. Mas não vamos desistir", afirma a coordenadora do programa antitabagista do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Tânia Cavalcanti. Ela observa, no entanto, que a crise do governo dificulta ainda mais a aprovação. "São assuntos distintos, mas, claro, isso agora vem sendo usado como mais uma desculpa", completa.

O relator do projeto para a ratificação, Heráclito Fortes (PFL-PI), comprometeu-se a entregar seu parecer até 7 de outubro. Ele evita dizer qual será sua posição final, mas dá uma boa pista: condicionaria a aprovação do texto

à criação de um "período de transição" - a mesma tese do senador gaúcho Paulo Paim (PT). Fortes, no entanto, não tem muito certo o que seria tal transição. Sabe, porém, que não há como aprovar uma convenção internacional com ressalvas. Mesmo assim, ele deverá insistir na estratégia. "O contrário seria como assinar um cheque em branco."

Paim tem discurso semelhante. Eles dizem que a aprovação do projeto colocaria em risco o sustento de mais de 900 mil pequenos agricultores. Fortes observa que a falta de um recado claro do governo também impede sua ação mais precisa. "Ninguém veio até mim dizendo que o governo assina embaixo. Não vou assumir sozinho uma decisão que pode levar ao fim do emprego de agricultores." Tanto Fortes quanto Paim dizem não temer ter seus nomes vinculados à indústria do cigarro. Ou ao lobby tabagista, que até mesmo a diretora da OMS, Vera Luiza da Costa e Silva, não cansa de denunciar.

POLÍTICA DE SUBSTITUIÇÃO

Na semana passada, o ministro Saraiva Felipe pediu ao Conselho Nacional de Saúde reforço para pressionar a ratificação no Senado. Nessa estratégia, vários recursos estão sendo usados. Até um relatório, preparado pelo Inca - ligado ao ministério -, que indica que a associação de produtores de fumo, a Afubra, representa mais a indústria do que os próprios agricultores. Uma ligação que o presidente da associação, Hainsi Gralow, diz ser natural.

Assim como Paim e Fortes, Gralow considera temerária a assinatura da convenção sem uma garantia de que haverá uma política para produtores substituírem suas lavouras. Tânia Cavalcanti afirma que o financiamento internacional virá. E ele será tratado justamente na primeira reunião das partes, marcada para o próximo ano, mas que só terá direito a participar países que ratificaram a convenção. "Em tese, poderíamos fazer a ratificação depois. Mas seria uma vergonha diante dos demais países. E perderíamos a oportunidade de defender nossos interesses econômicos", pondera.

Inúmeras vezes, tanto Vera quanto Tânia disseram que, mesmo com a assinatura, a Convenção-Quadro somente traria impacto no consumo de cigarro dentro de algumas décadas. E que, até lá, os países signatários e grandes produtores teriam tempo de mudar suas lavouras.

"China, o maior produtor mundial, assinou há poucos dias. Acabou esse argumento", afirma Paula. Até agora, 83 países já se comprometeram a adotar as recomendações da Convenção-Quadro, incluindo países importadores de fumo brasileiro. Gralow não se abala com a constatação. "Não podemos trocar o certo pelo incerto. Fumicultura é rentável, feita em áreas pequenas. A substituição não será fácil."

À frente do Projeto Esperança-Co-esperança, desenvolvido desde 1987 no município gaúcho de Santa Maria, a irmã Lourdes Dill tem uma visão bem distinta. "Assim como cigarro, a fumicultura causa dependência. E a indústria é a primeira a incentivar a alienação, a baixa qualidade de vida", afirma. O projeto procura incentivar agricultores a deixar o fumo e partir para outra atividade. "Os relatos de sucesso são inúmeros. Não sei por que alguns fumicultores fazem tanta tempestade. É preciso mudar. O ciclo do cigarro uma hora vai acabar. Assim como aconteceu com o café, com a cana." ●



REALIDADE - Mais de 900 mil pequenos agricultores tiram o sustento das plantações de fumo no País

PANORAMA

A Convenção-Quadro

Acaba em novembro o prazo para o Brasil apresentar a ratificação do acordo de redução do tabaco

83 PAÍSES JÁ RATIFICARAM

DOS 10 MAIORES IMPORTADORES DE FUMO BRASILEIRO,

7 RATIFICARAM O TRATADO



Tabaco e economia

• **1º lugar** é a posição que o Brasil ocupa no ranking de exportadores

• **2,4 milhões de pessoas** trabalham em atividades ligadas ao fumo no Brasil

• **R\$ 11,9 bilhões** de faturamento anual

• **US\$ 1,5 bilhão de fumo** é exportado para 100 países

• **3.º item** da pauta nacional de exportações

ARGUMENTOS

Pró-ratificação

• O mercado consumidor de cigarro irá diminuir. Melhor o País já pensar agora numa forma de substituição da lavoura

• Se ratificar a Convenção-Quadro, o Brasil participará de uma reunião crucial, de definição de critérios para obter empréstimos internacionais

• Mesmo assinando agora, produtores não terão de mudar já suas lavouras

• Sem participar das negociações, o Brasil não pode impedir a criação de mecanismos para retaliar produtores de fumo

Tabaco e saúde

• **10 mil pessoas** morrem por dia no mundo por causa do fumo

• **23%** é quanto aumenta o risco de um fumante passivo desenvolver doenças cardiovasculares

• **6% a 15%** dos recursos de saúde em países desenvolvidos são gastos com tratamento de doenças relacionadas ao cigarro

• **40 tipos de doenças** estão relacionadas com o tabaco

Contra ratificação

• Não há nenhum documento formal indicando que linhas de crédito serão feitas para mudanças de lavoura

• Ao assinar a convenção, o País se compromete a reduzir paulatinamente sua produção, gerando risco para pequenos produtores

• Não existe cultura hoje em dia tão rentável quanto o fumo

• Não há segurança de que o País será capaz de oferecer subsídios para quem quiser mudar a cultura de sua lavoura

No campo, as opiniões se dividem sobre o assunto

BRASÍLIA

Desde a adolescência, o gaúcho Lauro Kist trabalha de julho a janeiro no plantio e na colheita de fumo. A rotina intensa do trabalho trouxe reflexos no corpo: dores nas costas, que o fizeram, agora, dividir a atividade com colaboradores. "Como o tempo, procurei diversificar. Tenho um açude, um pomar", conta. Mas mesmo com a divisão, a maior dedicação ainda fica com a lavoura do fumo. "É um trabalho que exige muito da gente. Primeiro vem a lavoura do fumo, depois as demais."

Kist, que já assistiu a uma audiência pública sobre a Convenção-Quadro do Tabaco, diz não temer sua ratificação. "Ao contrário. Acredito que, com ela, poderei entrar num programa de substituição de lavoura. Até sim vou conseguir abandonar de vez o fumo", afirma o agricultor de 48 anos.

O presidente da Afubra, Hainsi Gralow, avalia que a mudança do plantio, sem ajuda, só traz prejuízo. "Não há quem conteste: 1 hectare com fumo rende muito mais que o de feijão ou o de milho."

Segundo o presidente da Fetraf, uma associação de agricultores ligada à CUT, Albino Oto Gewehr, esses valores são um atrativo e tanto. "Tudo faz o olho crescer. É dinheiro adiantado e promessa depois de venda garantida de tudo o que é plantado", afirma. "Mas, na ponta do lápis, a gente vai perceber com o tempo que a gente trabalha feito doído. Não fica rico. Nem melhora de vida", completa.

O fumo tem uma sistemática semelhante à de algumas culturas. A indústria fornece um crédito bancário para agri-

Para agricultor, sem programa de subsídio, haverá prejuízos enormes

cultores, para a compra de sementes e adubos. "Ele gasta o dinheiro como quiser. Mas depois tem de pagar, claro." Depois da colheita, na hora da venda, é a indústria que dá o preço. "No Brasil, o valor pago para agricultores é muito menor do que o pago nos Estados Unidos, Europa ou Japão." Mas, diz, fumicultores têm receio em mudar de vida: "É dinheiro garantido. Em outras culturas, a lógica é diferente: quanto mais se produz, menos se ganha." Para ele, a Fetraf, o País e fumicultores só teriam a ganhar com a ratificação.

Gewehr deixou a agricultura para se dedicar à atividade sindical. Mas não se cansa de citar uma pesquisa feita pela Unisc que mostra que 70% dos fumicultores gostariam de deixar o fumo. "Dizem que o agrotóxico traz depressão. Mas acho que a depressão vem de tanto trabalho e frustração do pouco dinheiro."

Gralow tem uma descrição bem diferente. "Minha família sempre tirou sustento disso. É assim com um bando de gente. Se não tiver problema de tempo, o dinheiro vem, e é certo." Para ele, a Convenção-Quadro, sem um programa de subsídio, traria prejuízos enormes às famílias que, no passado, foram incentivadas a plantar o fumo. "É um dinheiro honesto, não sei porque tanto problema." Para ele, é natural que a China tenha ratificado o acordo. "Lá eles não têm terra para plantar comida. O espaço tem de ir para isso mesmo. Mas, aqui, dá para plantar de tudo. E isso não é crime."

Paulo Busque, de 25 anos, começou a trabalhar na cultura aos 6, com o pai e os irmãos. Há dez anos, o pai resolveu mudar o plantio. "Ele não agüentava mais. Toda hora tinha problemas, nas costas, no fígado. Agora a saúde dele melhorou bastante." A transição, recorda, não foi cor-de-rosa. "Foi preciso coragem, persistência, iniciativa. Mas ele não se arrepende. E nós também não. Temos uma vida melhor: plantamos verdura, arroz, e vendemos numa feira." ● L.F.

